ANAIS
IV EURO ELECS
2021

ARTIGO

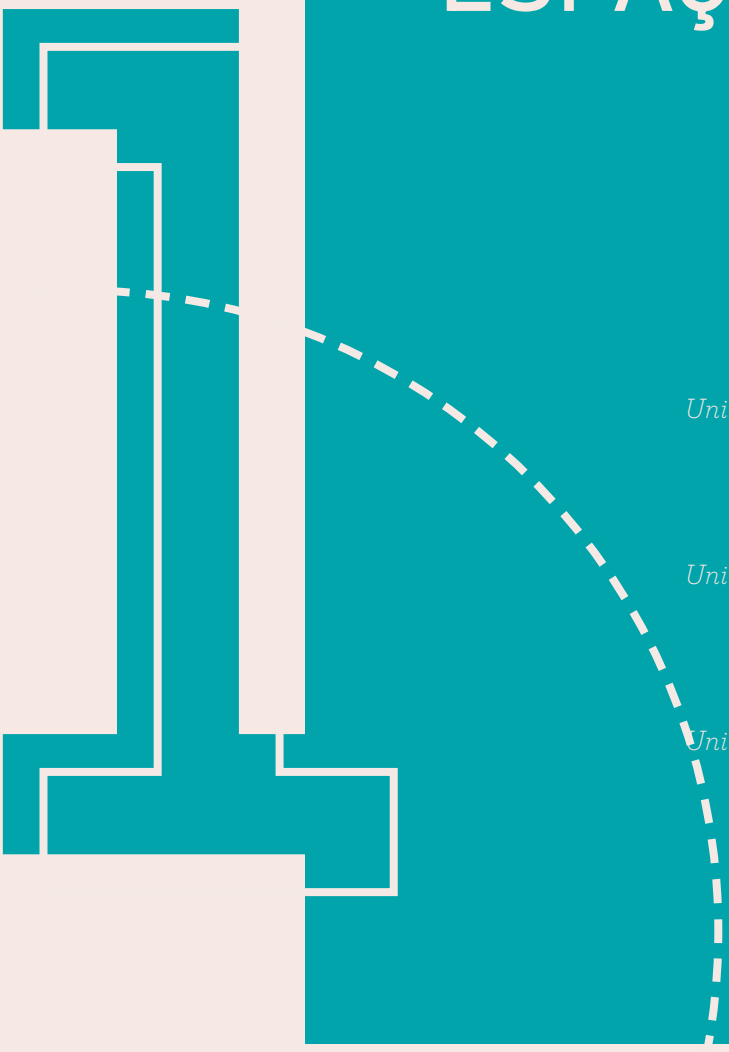
DISTRIBUIÇÃO SOCIOESPACIAL DAS PRAÇAS E OCORRÊNCIAS CRIMINAIS EM ESPAÇOS PÚBLICOS

SANTOS, Myllena Siqueira
(myllena.santos@uvvnet.com.br);
1Universidade Vila Velha (UVV), Brasil

RAMOS, Larissa Leticia Andara
(larissa.ramos@uvv.br)
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil

JESUS, Luciana Aparecida Netto
(luciana.a.jesus@ufes.br)
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil

CONDE, Karla Moreira
(karla.conde@ufes.br)
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil



PALAVRAS-CHAVE:

Espaços públicos, Segurança pública, Mapeamento, Praças, Vitalidade urbana.

RESUMO

Um dos desafios das cidades contemporâneas é a manutenção da vida pública, constantemente ameaçada pela violência urbana. Partindo do princípio de que fatores socioespaciais e do desenho urbano podem auxiliar na prevenção de ações criminosas e aumentar a sensação de segurança, o presente artigo analisa a relação entre a distribuição socioespacial das praças e incidências criminais nos espaços públicos, tendo como recorte a Regional Central do município de Vila Velha-ES. Após a contextualização temática, foram elaborados mapas da distribuição das praças e de densidade criminal em espaços urbanos, registrados entre 2016 a 2019, com base nas ocorrências de homicídios, tráfico de drogas, roubos e furtos, que também foram correlacionados com a avaliação da qualidade socioambiental das praças, realizada em trabalhos anteriores. Os resultados evidenciam uma fragmentação na distribuição das praças, não atendendo toda a população da regional, além de maiores índices de crimes violentos em áreas com ausência de praças. Percebe-se uma relação entre incidências criminais e aspectos socioeconômicos, evidenciando que em bairros mais adensados, de menor renda e maior vulnerabilidade social apresentam maiores índices criminais. Em relação aos crimes de roubos e furtos, nota-se que estes ocorrem, frequentemente, em regiões de altas densidade e renda per capita, contemplando também praças centrais, circundadas por áreas comerciais e grande fluxo de pessoas. Tal cenário foi registrado nas praças do Centro, Glória e Itaparica, que apesar de receberam boas classificações na avaliação da qualidade socioambiental, apresentam iluminação, vigilância e morfologia urbana que comprometem a segurança pública, refletindo o contexto da região onde estão inseridas. As análises demonstram que o fenômeno da violência urbana, apesar de complexo, influencia e é influenciado pelo espaço urbano, sendo assim, para promover cidades seguras, vivas e sustentáveis tornam-se necessários investimentos que qualificam o contexto urbano, incluindo seus espaços livres públicos.

1. INTRODUÇÃO

A cidade é transformada pelo aumento da violência e do medo. Com base em Lira (2014), novas morfologias surgem como resposta e a paisagem urbana é transformada, principalmente, espaços residenciais que reproduzem características medievais e prisionais, como forma de se proteger de possíveis ameaças. Segundo Bauman (2009), a origem do problema está nos vínculos comunitários perdidos, pois o medo da violência urbana faz com que se perca a confiança no outro e questione as suas intenções. A mídia desempenha papel de protagonismo ao agravar a situação com notícias incessantes sobre a violência. As manchetes de crimes são as que dão lucro, então a imprensa auxilia a disseminar o medo; a atribuir a culpa a determinados grupos sociais; buscar um lócus da violência em discurso reducionista e a banalização da violência com conteúdo sensacionalistas e incessantes (LIRA, 2014). A segregação socioespacial alcança níveis maiores, pois, algumas áreas são responsabilizadas pelo aumento dos crimes e seus moradores são discriminados.

Conforme aponta Bauman (2009), a sensação de medo contribui no agravamento da segregação socioespacial na medida em que grupos sociais mais elitizados distanciam-se dos mais pobres e excluídos, buscando refúgio em espaços vigiados e privativos. Um desses "refúgios" são os "enclaves fortificados" (CALDEIRA, 2011) que são espaços privados - para morar, trabalhar e se divertir - confinados e com tecnologias de autoproteção. São demarcados e isolados por muros e grades, além de serem homogêneos socialmente. A autora enfatiza que os "enclaves fortificados" são espaços voltados para o interior, ignoram o contexto da cidade, rejeitam a vida pública e permitem que as pessoas evitem as "interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas" (CALDEIRA, 2011, p. 258-259). Tal arquitetura introspectiva reforça a desvalorização dos espaços públicos, pois ignora o contexto da rua e promove a privatização dos espaços de lazer. Lima (2015) afirma que os espaços privados, entre muros, imitam os espaços públicos da cidade, com praças de alimentação ou ruas com lojas, porém, são sua antítese, visto que não permitem acesso a todos.

Os espaços da cidade que não são ocupados tendem a ser mais inseguros, pois "quando temem as ruas, as pessoas as usam menos, o que torna as ruas ainda mais inseguras" (JACOBS, 2013, p. 30). A autora, em seu livro publicado na década de 1960, realizou uma análise da relação entre segurança e espaço público, com foco na "vigilância natural", ou seja, no monitoramento informal realizado pelas pessoas que frequentam determinados espaços públicos. Jacobs (2013) discorre ainda sobre a importância da vitalidade urbana, da movimentação de pessoas em diferentes horários, da diversidade de usos e dos "olhos na rua" - que se relaciona com a vigilância natural dos edifícios e o contato com a vizinhança.

Sobre as estratégias de segurança no espaço público, Newman (1996) defende a teoria do "espaço defensável", em que a delimitação entre público e privado é definida, assim como o controle social realizado pelos moradores para garantia da segurança pública. O autor diverge da opinião de Jacobs, ao ver um espaço movimentado como inseguro, na medida em que se torna permissivo ao anonimato e à

ação do criminoso. Newman (1996) ainda afirma que para instaurar a segurança, o espaço deve possuir limites físicos e o senso de comunidade latente.

Ainda analisando a correlação de espaço e segurança, Jeffrey (1971), na década de 1970, apresenta o conceito de *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED), que se traduz como "prevenção do crime através do desenho urbano". O conceito aborda características da arquitetura e do espaço urbano que contribuem para a redução de ações criminosas através da diminuição das oportunidades pautadas em quatro princípios: controle natural de acesso, vigilância natural, reforço territorial e manutenção do espaço público. Dessa maneira, Jeffrey (1971) reforça a ideia de Jacobs (2013) sobre a vigilância natural como inibidora da ação criminal, assim como, a teoria de Newman (1996) de maior controle social e pertencimento do espaço público.

No Brasil, o conceito de "prevenção do crime através do desenho urbano" é definido por Bondaruk (2007, p. 71) como "todas as providências a serem tomadas, visando reduzir a probabilidade do acontecimento de delitos, através de modificações no desenho urbano, aumentando assim a sensação de segurança". O autor analisa as precauções a serem tomadas no pós-delito para evitar a reincidência do crime. Em suas pesquisas, observou que a maioria dos infratores optam por ruas de menor fluxo de pessoas e com obstáculos à visão. Outra constatação relevante é que os moradores atribuem a atuação da vizinhança como mais determinante do que a presença da polícia.

Segundo a "Teoria das Janelas Quebradas" de Wilson e Kelling (1982), o problema da violência urbana também está na natureza humana e no desenvolvimento das relações sociais. Soares e Saboya (2019) enfatizam que o ambiente pode favorecer as ocorrências de ações criminosas, destacando que espaços públicos sem manutenção e com sinais de desordem, vandalismo e deterioração física transmitem sensação de insegurança e tendem a não serem utilizados pela população. Espaços com tais características resultam em ambientes mais vulneráveis a ações criminosas pois influenciam na percepção do criminoso sobre o controle social do espaço.

Diante dessas premissas, o espaço público possui papel fundamental na interação social e se concretiza com um local democrático e acessível a todos, sem barreiras a participação e com respeito ao convívio e ao debate (LIMA, 2006). Dessa maneira, os espaços públicos são essenciais para a convivência entre pessoas de diferentes realidades, no entanto, para isso, é necessário que esses espaços tenham qualidade e segurança para que haja apropriação de diversos grupos sociais.

Vale enfatizar que praças e parques auxiliam na promoção do bem-estar urbano, contribuindo para a interação social com pessoas de diferentes contextos, promovendo a manutenção da vitalidade urbana, requisito fundamental para a promoção da sensação de segurança, a partir da vigilância natural (JACOBS, 2013; GEHL, 2014). Cidades seguras são também cidades vivas, inclusivas e sustentáveis na medida em que possibilitam as trocas sociais, a mobilidade ativa e a vitalidade urbana nos espaços públicos. Diante dessas premissas e partindo do princípio de que fatores socioespaciais e do desenho urbano podem auxiliar na prevenção de ações criminosas e aumentar a vitalidade urbana e a sensação de segurança, o

artigo analisa a correlação entre distribuição de praças e incidências criminais nos espaços públicos da Região Grande Centro, Vila Velha-ES.

A pesquisa é de natureza aplicada, exploratória e descritiva, de abordagem quanti-qualitativa que consiste na contextualização da temática e revisão bibliográfica para compreensão da relação entre desenho urbano, prevenção do crime e segurança pública. A partir de dados georreferenciados, referentes a distribuição socioespacial e de incidências criminais em espaços públicos - disponibilizados pela Gerência do Observatório de Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo (GeOSP/SESP) - foram desenvolvidos, no *software* de *ArcGis* (versão 10.4.1), mapas de Densidade de Kernel evidenciando as incidências criminais em espaços públicos. As análises consideram três categorias de crimes: 1) homicídios e tentativas de homicídios, 2) tráfico de drogas e 3) roubos, furtos e tentativas. Teve como recorte temporal o intervalo de 3 anos (2016 a 2019), não incluindo 2017 devido à greve dos policiais militares ocorrida no estado do Espírito Santo, que descaracterizou o registro das ocorrências.

As incidências criminais foram correlacionadas com a distribuição espacial das praças e com o resultado da avaliação da qualidade socioambiental das praças, realizada a partir da aplicação da ferramenta de avaliação e classificação "QualificaURB", desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa "Paisagem Urbana e Inclusão" das Universidade Vila Velha e Universidade Federal do Espírito Santo. A ferramenta QualificaURB" avalia o espaço público da praça considerando quatro categorias: "Proteção e Segurança", "Conforto e Imagem", "Acessos e Conexões" e "Usos e Atividades", com parâmetros de análise específicos que possibilitam atribuir classificações que variam de "insuficiente", "regular", "bom" a "ótimo".

2. CARACTERIZAÇÃO DA GRANDE CENTRO

Vila Velha, situada no litoral do Espírito Santo, é a cidade mais antiga do estado e a segunda mais populosa. Pertence a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). A norte faz limite com o município de Vitória; a sul com Guarapari; a Leste com o Oceano Atlântico; e a Oeste com os municípios de Viana e Cariacica. É também dividida em 5 regiões administrativas, sendo a Regional Grande Centro, recorte deste estudo (destacada na figura 1) aquela mais adensada e também onde estão concentradas as principais atividades comerciais, culturais e institucionais do município. A Grande Centro possui importância socioeconômica e cultural, concentra a porção mais verticalizada e de maior interesse imobiliário do município, assim como marcos da paisagem natural e cultural.

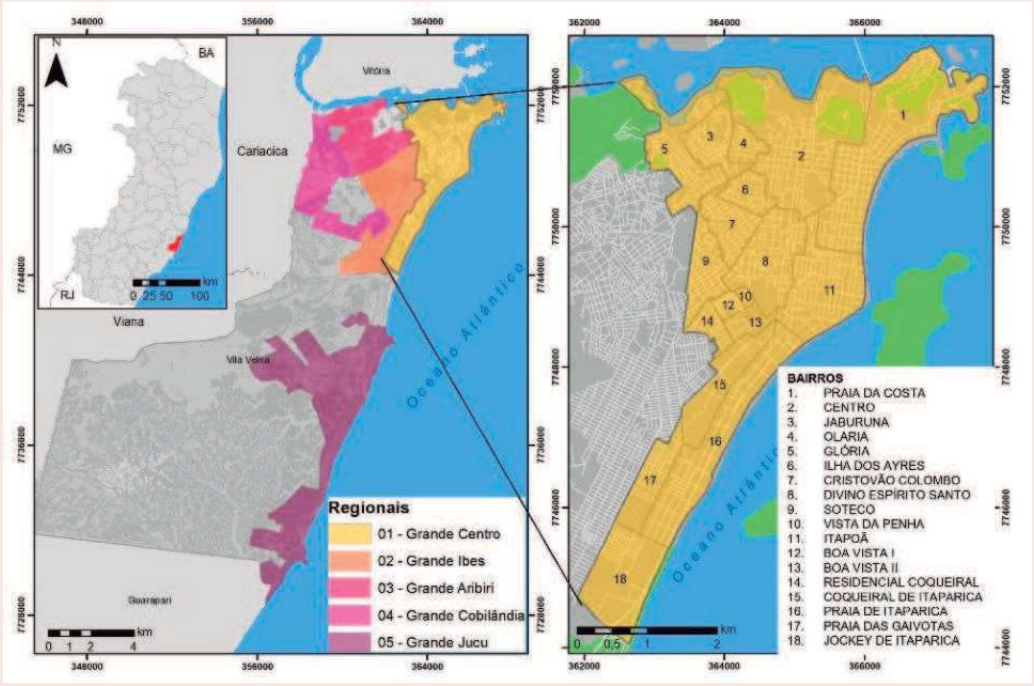


Figura 1. Localização da área de estudo, regional 01 – Grande Centro.

Conforme Censo Demográfico (IBGE, 2010), a Regional Grande Centro possui uma população de aproximadamente 147.279 habitantes, ou seja, 35% da população residente de Vila Velha. A respeito da densidade populacional e renda per capita por bairros, há uma variação significativa entre porções do território com características diferentes, conforme ilustra a figura 2.

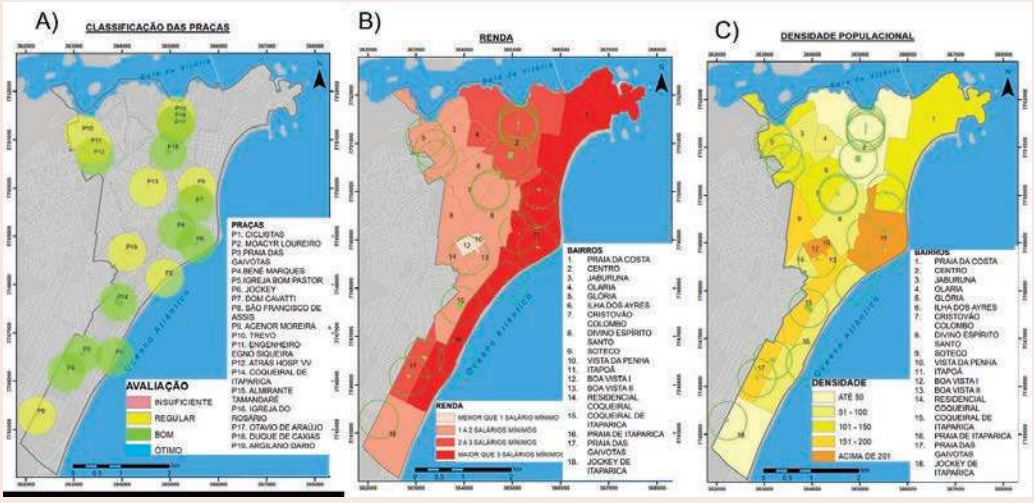


Figura 2. Regional Grande Centro. A) Mapeamento e classificação das praças. B) Renda per capita por bairros. C) Densidade populacional por bairros.

Destaca-se, no entanto, bairros como o Centro e Jockey de Itaparica, com menores densidades populacionais (até 50 hab./ha). Também se verificam bairros com alta densidade e baixa renda per capita, como é o caso de Vista da Penha e Boa Vista I. Este último apresenta-se com densidade populacional acima de 201 hab./ha e renda per capita inferior a um salário-mínimo, sendo também um dos bairros de maior

vulnerabilidade da regional (IBGE,2010). Há ainda uma concentração de classes com maior poder aquisitivo próximo a orla, nos bairros Praia da Costa, Itapoã e Praia de Itaparica, enquanto, na parte continental, concentram-se bairros de menor renda per capita e maior densidade populacional (Figura 2).

Em relação a distribuição das praças, nota-se uma escassez e uma fragmentação na disponibilidade desses espaços, não atendendo toda a população da regional. Dentre as 19 praças existentes na Grande Centro, apenas 12 bairros são atendidos, sendo que algum deles possuem 03 (três) praças e outros (cinco deles), total ausência de praças. Ao analisar a abrangência das praças, considerando um raio de atendimento à população de 400 metros (BERKER, et al., 2006), apenas 44% da população da regional é contemplada por praças, significando que a maioria dos habitantes da Grande Centro não possui acesso facilitado às praças (Figura 2).

Após a análise da distribuição espacial, realizou-se a aplicação da ferramenta "QualificaURB", no intuito de avaliar a qualidade das praças da regional Grande Centro e, assim, verificar as possíveis correlações entre as fragilidades apontadas na avaliação das praças com as densidades criminais no espaço público da praça e seu entorno. A avaliação da qualidade socioambiental das praças constatou que a maioria delas recebeu classificação "regular", com destaque para as praças de Coqueiral de Itaparica (melhor pontuação) e Jockey (pior classificação), evidenciadas na Figura 3. Vale destacar que nenhuma praça foi avaliada como 'insuficiente" e 'ótimo".

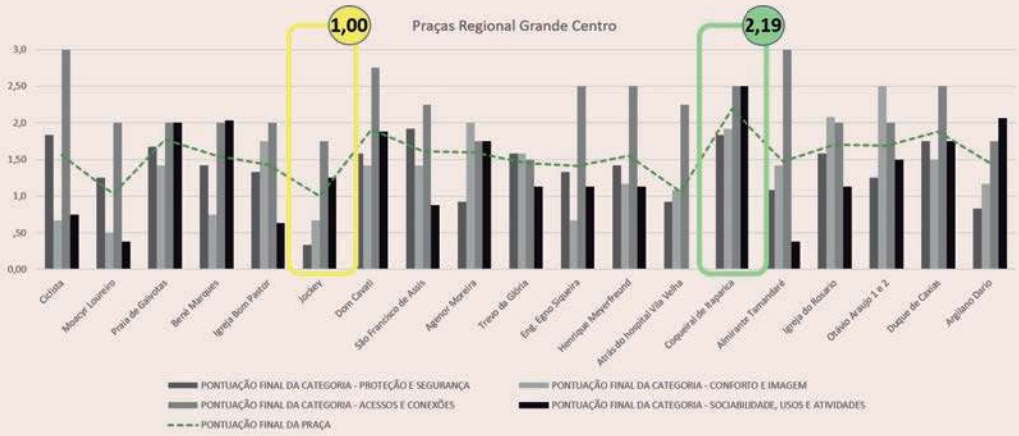


Figura 3. Resultada da avaliação da Qualidade socioambiental das praças da Grande Centro a partir da aplicação da ferramenta QualificaURB.

3. INCIDÊNCIAIS CRIMINAIS EM ESPAÇOS PÚBLICOS DA GRANDE CENTRO

A partir da análise dos mapas de incidências criminais registradas em espaços públicos (Figura 4) percebe-se que crimes de homicídios e de tráfico de drogas estão localizados em áreas com ausência de praças, concentrando-se em bairros de menor renda per capita e alta densidade demográfica. Observa-se também uma correlação entre as ocorrências de homicídios e as de tráfico de drogas, com desta-

que para o bairro Divino Espírito Santo e Jaburuna, áreas com maior incidência de homicídios da regional e também territórios com históricos de tráfico de drogas.

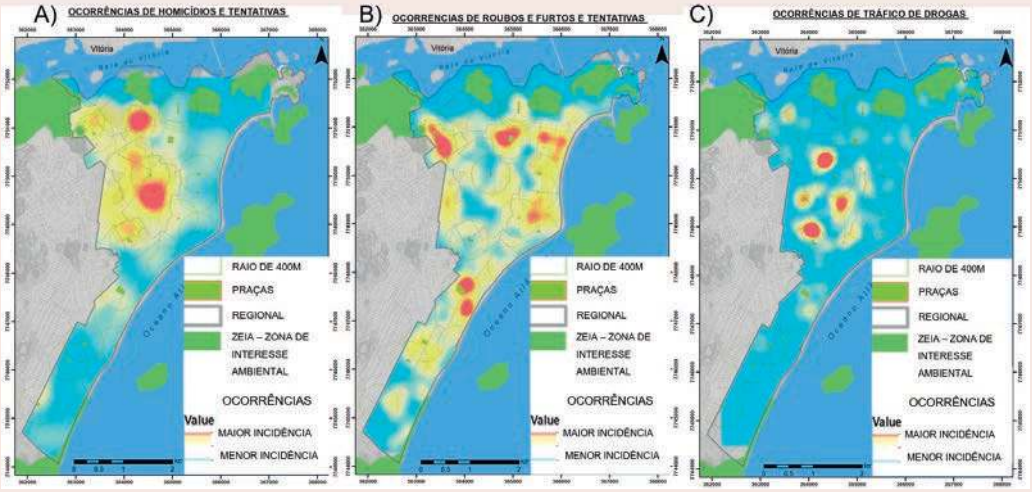


Figura 4. Mapas de densidade criminais da Grande Centro. A) Ocorrências de homicídio e tentativas de homicídios. B) Ocorrências de roubos e furtos e tentativas. C)Ocorrências de tráfico de drogas.

Além do bairro Divino Espírito Santo, notam-se ocorrências de tráfico de drogas nos bairros Ilha dos Ayres e Boa Vista I, este último caracterizado pela baixa renda per capita e alta densidade demográficas. Gehl (2014, p. 97) destaca a relação existente entre segurança e disparidade ao elucidar que "a desigualdade social e econômica é o pano de fundo para os altos índices de criminalidade e as tentativas (total ou parcialmente) privadas de proteger a vida e a propriedade".

Em relação as ocorrências de roubos e furtos, estas se diferem das demais pois acontecem onde há maior movimento de pessoas, no caso da regional Grande Centro, concentram-se nas áreas comerciais e em bairros de maior renda per capita. Percebe-se também uma maior concentração de roubos e furtos em proximidades de algumas praças e nas ruas do seu entorno, em especial aquelas centrais de bairros consolidados, com maior densidade populacional e renda per capita, como é o caso das praças dos bairros da Glória, Coqueiral de Itaparica e Centro. Tal cenário corrobora as afirmações de Soares e Saboya (2019) ao indicarem que ruas com maior movimento de pessoas são vulneráveis à ocorrência de pequenos furtos, já que os criminosos aproveitam o fluxo intenso de pessoas para a ação passar despercebida. Complementam que crimes mais violentos são mais frequentes em área de difícil acesso e com menor presença de pessoas.

Na Grande Centro, percebe-se que crimes de roubos e furtos acontecem, também, em bairros predominantemente comerciais como o bairro da Glória – polo industrial e de moda do estado. Este apresenta baixa densidade e predomínio de comércio diurno, sem diversidade de uso e com ausência de pessoas à noite e nos finais de semana, prejudicando a segurança pública (JACOBS, 2013). Barause e Saboya (2018) também ressaltam a importância de associar o uso residencial ao não-residencial, pois comércios fechados à noite implicam que não há pessoas para vigiar, enquanto residências com janelas e aberturas indicam vigilância natural. Foucault (1997) em sua análise do *Panóptico* de *Bentham* – mecanismo prisional de torre

central com visibilidade axial as celas - esclarece que o indivíduo ao ser vigiado tende a diminuir as transgressões a lei, mesmo que não esteja sendo de fato observado, mas a possibilidade de vigilância pode ser um fator inibidor.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PRAÇAS DOS BAIRROS DE COQUEIRAL DE ITAPARICA E JOCKEY

De modo a compreender as correlações entre incidências criminais nos espaços públicos, a distribuição e qualidade das praças, são evidenciadas, na sequência, com base na avaliação da qualidade socioambiental, duas praças da Regional Grande Centro: a praça do bairro de Coqueiral de Itaparica (melhor classificação) e a do bairro do Jockey (pior classificação).

Conforme evidenciado nas figuras 5 e 6, tanto na praça de Coqueiral de Itaparica quanto a do Jockey, percebe-se que as ocorrências registradas nas praças refletem o contexto em que estão inseridas. A praça de Coqueiral de Itaparica apesar da boa avaliação, apresenta precária iluminação e vigilância, bem como uma morfologia urbana que compromete a segurança pública. Além da praça possuir grande dimensões, existe um edifício religioso em seu interior, que apesar de trazer movimento em determinados dias e horários, possui paredes cegas que impossibilitam a permeabilidade visual e comprometem a vigilância natural de pontos da praça (Figura 7).

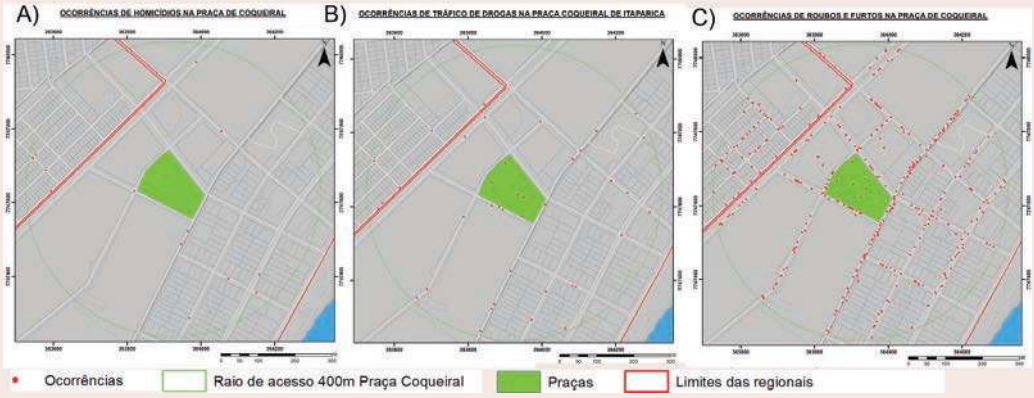


Figura 5. Mapa de ocorrências criminais da Praça de Coqueiral. A) Ocorrências de homicídio e tentativas de homicídios. B) Ocorrências de tráfico de drogas. C) Ocorrências de roubos e furtos e tentativas.

Quanto ao entorno da praça de Coqueiral de Itaparica, nota-se que as quadras são extensas, contrariando o defendido por Jacobs (2013) em relação as alternativas de percursos e consequente incentivo a movimentação de pessoas permitidos pelas quadras curtas. Apesar do predomínio de comércio de grande porte, em especial de supermercados, a diversidade de uso é baixa e as fachadas não são consideradas visualmente ativas e/ou fisicamente permeáveis. Ademais, há uma concentração de condomínio residenciais murados nas proximidades da praça de Coqueiral de Itaparica e a Avenida Santa Leopoldina, principal via que intercepta a praça e

interliga o bairro, possui grande fluxo de pessoas, concentrando grande parte das ocorrências de roubos e furtos.

Ao analisar a praça do Jockey, bairro em consolidação, percebe-se menor registro de ocorrências criminais, como ilustra a figura 6. Tal fator também é reflexo de um entorno caracterizado por baixa densidade demográfica, grande concentração de vazios urbanos e ausência de movimentação de pessoas. Nota-se, entretanto, um número considerável de incidências de tráfico de drogas na praça do Jockey, corroborando as afirmações de Soares e Saboya (2019) de que crimes mais violentos tendem a serem mais frequentes em espaços públicos vazios e de difícil acesso.

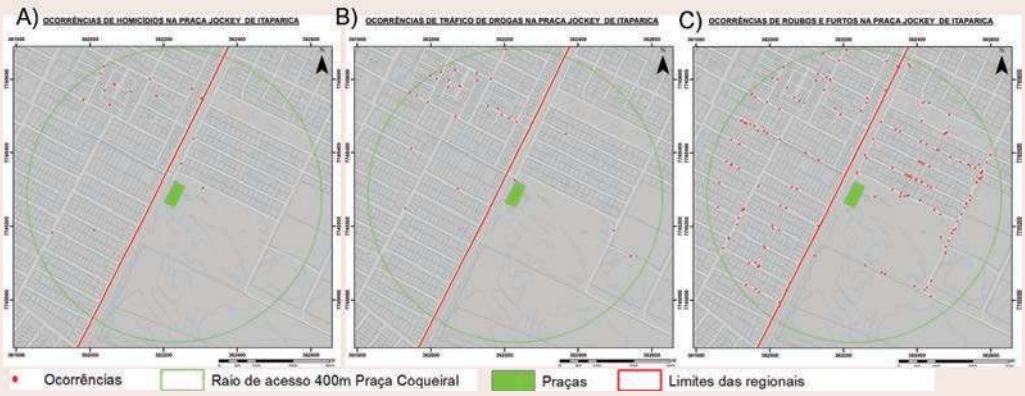


Figura 6. Mapa de ocorrências criminais da Praça do Jockey. A) Ocorrências de homicídio e tentativas. B) Ocorrências de tráfico de drogas. C) Ocorrências de roubos e furtos e tentativas.

Observa-se que a praça do Jockey, além de possuir parte de seus limites murados (Figura 8), não possui infraestrutura adequada, não há mobiliários e equipamentos suficientes e em condições de uso, comprometendo o enfatizado por Soares e Saboya (2019) de que espaços públicos sem manutenção, com mobiliários urbanos quebrados e inapropriados transmitem sensação de insegurança e medo, resultando em espaços inóspitos, vazios e não convidativos demonstrando, portanto, pouco controle social e maior vulnerabilidade a ocorrências criminais.



Figura 7. Praça do bairro Coqueiral de Itaparica. Fonte: *Google Maps, 2021*



Figura 8. Praça do bairro Jockey. Fonte: *Google Maps, 2021*

Ainda que a praça do Jockey apresente poucas ocorrências criminais, é um espaço sem vitalidade, que passa sensação de insegurança, situada em uma região vazia e menos consolidada da regional. Para que as pessoas se apropriem e usem o espaço públicos, a qualidade e a segurança são requisitos fundamentais. "Sentir-se

seguro é crucial para que as pessoas abracem o espaço urbano. Em geral, a vida e as próprias pessoas tornam a cidade mais convidativa e segura, seja em termos de segurança percebida e vivenciada" (GEHL, 2014, p. 91).

4. CONCLUSÕES

Os resultados evidenciam uma fragmentação na distribuição espacial das praças da Grande Centro, não atendendo à toda população da regional, além do alto índice de crimes violentos em áreas com ausência de praças. Percebe-se uma relação entre as incidências criminais em espaços públicos e aspectos socioeconômicos, evidenciando que bairros mais adensados, de menor renda e maior vulnerabilidade social apresentam maiores ocorrências de crimes. As análises também apontam que as incidências de homicídios podem ter relação com as disputas do tráfico de drogas devido a convergência da densidade na mesma área. Em relação aos crimes de roubos e furtos, nota-se que estes ocorrem, frequentemente, em regiões de altas densidade e renda per capita, contemplando também praças centrais, circundadas por áreas comerciais e com grande fluxo de pessoas. Tal cenário foi registrado nas praças dos bairros do Centro, Glória e Itaparica, que apesar de receberem boas avaliações e classificações - conforme apontam os resultados da aplicação da ferramenta "QualificaURB" - apresentam iluminação, vigilância e morfologia urbana que comprometem a segurança pública

As análises das praças Coqueiral de Itaparica e Jockey apontam que as ocorrências nelas registradas são um reflexo do que acontece no contexto em que estão inseridas. Dessa maneira, praças centrais, situadas em bairros consolidados com predominância comercial e grande fluxo de pessoas podem ser alvo de crimes como pequenos furtos e roubos. Tal cenário acontece na praça de Coqueiral de Itaparica, que apesar da vitalidade do espaço, apresenta iluminação e vigilância insuficientes, além da morfologia do espaço comprometer a vigilância natural, como é o caso de construções presentes na praça que funcionam como barreiras visuais, o que pode criar zonas vulneráveis a ações criminosas. Ademais, praças com entorno comerciais, com pouca diversidade de usos, tendem, à noite, a ter menos movimento de pessoas e causar insegurança. Tais considerações reforçam a relação entre morfologia, desenho urbano, tipologia arquitetônica e distribuição e qualidade das praças com as ocorrências de crimes nos espaços públicos.

As análises demonstram que o fenômeno da violência urbana, apesar de complexo, influencia e é influenciado pelo espaço urbano, sendo assim, o planejamento das cidades não pode estar desvinculado do desenho e da morfologia urbana, mesmo porque cidades vivas e ativas são também cidade seguras e sustentáveis, na medida em que incentivam a vida urbana e convidam as pessoas a caminharem e pedalarem, deixando o automóvel de lado e vivenciando os espaços livres públicos e as áreas verdes urbanas.

Os espaços públicos da cidade devem atender as necessidades da comunidade do seu entorno, para despertar um sentimento de pertencimento e identidade que provoque responsabilidade quanto ao uso e conservação, além do policiamento

preventivo. Para que a população se aproprie do espaço público é preciso, porém, manutenção desses espaços tendo em vista que espaços deteriorados inspiram sensação de medo e controle social reduzido, o que causa mais oportunidades para ações criminosas.

A pesquisa ressalta a necessidade de estudos voltados para segurança urbana e espaços livres públicos urbanos, especialmente, em bairros de maior vulnerabilidade social, pois é onde ocorre os crimes mais violentos. Enfatiza como a presença de espaços públicos de qualidade distribuídos no contexto urbano podem auxiliar na prevenção de crimes e serem mitigadores da sensação de insegurança nas cidades. Assim como, destaca que a segurança pública é uma questão complexa e afeta a cidade e seus munícipes, e mesmo as áreas com maior concentração de renda tem espaços públicos negligenciados e sem qualidade e infraestrutura. Sugerem-se estudos futuros que permitam a melhor compreensão dos fatores socioespaciais e da morfologia urbana que influenciam no sentimento de medo e na incidência criminal. Novas pesquisas podem ser replicadas em outros contextos, a partir da utilização da mesma metodologia de levantamento de dados e mapas de densidades criminais, de modo a comparar e comprovar os resultados desta pesquisa. Os estudos podem, também, fomentar futuras intervenções, para a criação de espaços democráticos com vitalidade que promovam a segurança e o convívio de todos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barause, L.; Saboya, R. T. (2018) de. Forma arquitetônica e usos do solo: um estudo sobre seus efeitos na ocorrência de crimes. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 18, n. 4, p. 427-444, out./dez.

Bauman, Z. (2009). Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: J. Zahar.

Bondaruk Roberson Luiz. (2007). A prevenção do crime através do desenho urbano. Curitiba.

Caldeira, Teresa Pires do Rio. (2011). Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 3. ed. São Paulo: Editora 34; Edusp.

Foucault, Michel. (1997). Vigiar e Punir: nascimento da prisão. In: _____. O Panoptismo. Trad. de Raquel Ramalhete. 16. ed. Petrópolis: Editora Vozes. Cap. 3, p. 162–187.

Gehl, J. (2014). Cidade para Pessoas. São Paulo: Perspectiva.

Jacobs, J. (2013). Morte e vida de grandes cidades. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2010). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE.

Jeffery, C. R. (1971) Crime prevention through environmental design. Beverly Hills: Sage Publications.

Lima, D. M. M. C. (2006). O espaço de todos, cada um no seu lugar: o uso dos espaços públicos destinados ao lazer em Natal. Tese (doutorado em Ciências So-

ciais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, Brasil.

Lima, D. M. M. C. (2015). A violência urbana e a sensação de insegurança nos espaços públicos de lazer das cidades. Geoconexões, v. 2, n. 1.

Lira, P. (2014). Geografia do crime e arquitetura do medo. Vitória: GSA.

Newman, Oscar. (1996). Creating defensible spaces. Departamento dos EUA de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Soares, M.; Saboya, R. T. (2019). Fatores espaciais da ocorrência criminal: modelo estruturador para a análise de evidências empíricas. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 11.

Vila Velha. Lei nº 4.707 de 10 de setembro de 2008, que dispõe sobre a institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, os limites e a denominação dos mesmos e os critérios para organização e criação de bairros, no perímetro urbano do Município. Diário Oficial, Vila Velha: Prefeitura Municipal, 2008.

Wilson, J., & Kelling, G. (1982). Broken windows: the police and neighbourhood safety. Magazine Atlantic Monthly, March, 29-38.

AGRADECIMENTOS

A autoras agradecem à Universidade Vila Velha (UVV), à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e ao Grupo de Pesquisa “Paisagem Urbana e Inclusão” pelo apoio no desenvolvimento desta pesquisa.